

Resultados do CBD SBI-7

Análise do Caucus Feminino do CBD

A SBI desempenha um papel crucial na definição das condições institucionais, financeiras e práticas por meio das quais os compromissos da CDB são traduzidos em ações. Na SBI-7, isso incluiu a análise da Revisão Global e a implementação acelerada do KMGBF, a mobilização de recursos e o mecanismo financeiro, as informações de sequências digitais, o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnico-científica, o Protocolo de Nagoya, a gestão do conhecimento, a integração da perspectiva da biodiversidade e a educação em biodiversidade.

Ao longo dessas discussões, gênero e justiça não são dissociados da implementação: eles moldam quem participa das decisões, cujo conhecimento e contribuições são reconhecidos, quem tem acesso a financiamento e apoio técnico e como os custos e benefícios das ações de biodiversidade são distribuídos. Diversas negociações também levantaram uma questão fundamental sobre como os povos indígenas e as comunidades locais, as mulheres e os jovens são reconhecidos na Convenção, incluindo se seus direitos, papéis e contribuições específicos permanecem visíveis ou são subsumidos em categorias mais amplas de atores e partes interessadas.

Esta análise do Caucus Feminino da CDB examina resultados selecionados da SBI-7 sob a perspectiva de gênero e justiça, destacando o progresso, as questões não resolvidas e as prioridades para a COP17.

Colaboradores: Amelia Arreguín Prado, Cristina Eghenter, Edda Fernandez, Fatima El-aaraby, Laura Bermudez, Shruti Ajit e Pamela Tapia Diaz

Agosto de 2026

CBD Women



ITEM 3. PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E REVISÃO.

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

Na decisão 15/6, a Conferência das Partes adotou uma abordagem multidimensional aprimorada para o planejamento, monitoramento, relato e revisão, incluindo uma revisão global do progresso coletivo na implementação do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Na decisão 16/32, a COP estabeleceu os procedimentos para a revisão global e forneceu orientações para a elaboração do Relatório Global sobre o progresso coletivo, que servirá como uma contribuição fundamental para a revisão na COP17.

A Revisão Global foi analisada em conjunto pelo SBSTTA-28 e pelo SBI-7, refletindo seus mandatos complementares. Enquanto o SBSTTA considerou a avaliação científica e técnica que fundamentou a revisão, o SBI-7 concentrou-se na resposta de implementação: como abordar as lacunas identificadas por meio do Relatório Global e acelerar a implementação do KMGBF, inclusive por meio do fortalecimento dos mecanismos de implementação e das contribuições em toda a sociedade.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

O SBI-7 apresentou recomendações com o objetivo de traduzir as conclusões do Relatório Global em uma implementação acelerada, mas vários elementos politicamente importantes permanecem sem solução. Em particular, a menção à consideração da Seção C do KMGBF e a uma abordagem que envolva toda a sociedade na implementação futura permanece entre parênteses. Uma proposta que aborda os meios de implementação e o acesso ao financiamento para os titulares de direitos também permanece entre parênteses, deixando sem solução a relação entre os apelos por uma participação mais ampla na implementação e os recursos necessários para viabilizar essa participação.

Uma questão importante ainda não resolvida diz respeito ao uso crescente da expressão “atores que não sejam governos nacionais” em vez de mencionar explicitamente os povos indígenas e comunidades locais, as mulheres e os jovens e, quando relevante, as pessoas de ascendência africana. Embora essa terminologia possa servir de guarda-chuva para diversos atores, as negociações não definiram como ela deve ser usada sem obscurecer o status, os direitos e as contribuições específicos dos titulares de direitos e das partes interessadas. Portanto, a linguagem relevante permanece entre parênteses para ser analisada posteriormente na COP17. Isso é particularmente importante porque o próprio Relatório Global se baseia em informações de atores que não sejam governos nacionais como parte da avaliação da implementação em toda a sociedade.

A recomendação também inclui, entre parênteses, uma menção a diálogos informais regionais e sub-regionais entre as Partes, os titulares de direitos e as partes interessadas, com o objetivo de fomentar a colaboração e acelerar a implementação. A cooperação técnica e científica e as estruturas de apoio são reconhecidas como mecanismos de aprendizagem entre pares, troca de conhecimentos e capacitação, embora não tenha sido mantida uma linguagem mais incisiva sobre o seu potencial papel de convocação. Ao mesmo tempo, as Partes não reabriram o Quadro de Monitoramento para introduzir indicadores principais obrigatórios adicionais, evitando requisitos de reporte adicionais enquanto a implementação do quadro existente ainda está sendo consolidada.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A Revisão Global não só definirá como o progresso será avaliado, mas também quais contribuições e barreiras à implementação se tornarão visíveis e quais ações serão priorizadas em resposta. Na COP17, será, portanto, importante resolver as questões pendentes relativas à Seção C, à abordagem que envolve toda a sociedade e à implementação baseada nos direitos humanos, garantindo que terminologias genéricas como "atores que não sejam governos nacionais" não apaguem o reconhecimento específico dos Povos Indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens como titulares de direitos e grupos com papéis, direitos e contribuições específicos para a implementação da KMGBF.

Os apelos por uma participação mais ampla na implementação acelerada devem ser acompanhados por meios acessíveis de implementação. Não se pode esperar que mulheres, povos indígenas, comunidades locais e jovens contribuam para colmatar as lacunas de implementação sem acesso adequado a financiamento, capacitação e cooperação técnica e científica. Os diálogos regionais e sub-regionais propostos e as estruturas de apoio existentes podem proporcionar espaços importantes para identificar barreiras à implementação e soluções diretamente com os titulares de direitos, desde que a participação seja significativa, adequadamente financiada e ligada à tomada de decisões, em vez de ser tratada simplesmente como consulta.

Por fim, a COP17 deve usar a Revisão Global para fortalecer a conexão entre a Meta 23, o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero e a implementação da Estratégia Global para a Igualdade de Gênero e a Gestão de Recursos Humanos (KMGBF) como um todo. A revisão deve ajudar a identificar onde a implementação com perspectiva de gênero está falhando e traduzir essas lacunas em ações concretas, recursos e responsabilização. Isso significa ir além do simples reconhecimento da participação das mulheres e examinar quem influencia as decisões de implementação, quem tem acesso aos recursos, cujo conhecimento e contribuições são reconhecidos e quem se beneficia da implementação.

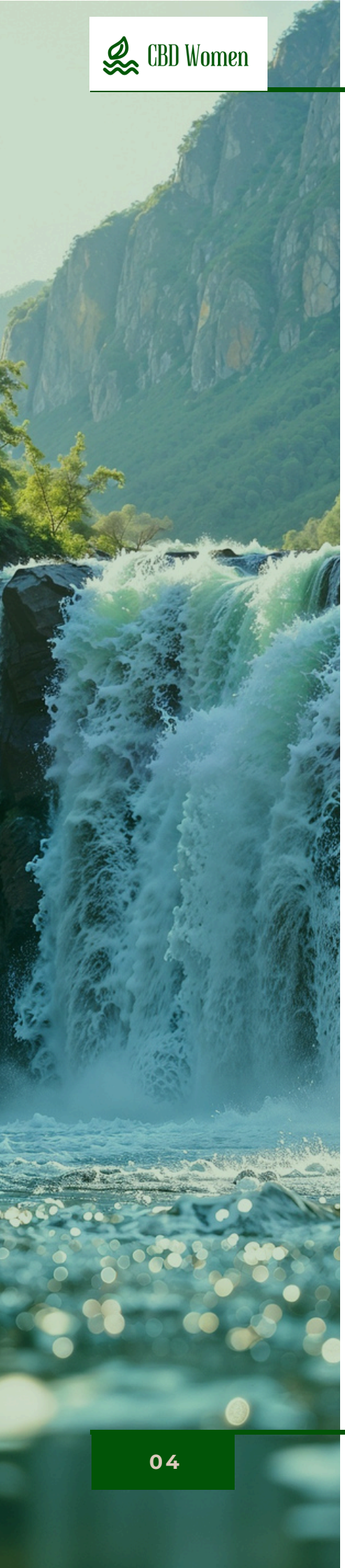
ITEM 4.A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

Este item abordou a mobilização de recursos para a implementação da Convenção e do KMGBF, particularmente o progresso em direção à Meta 19 e a implementação do roteiro de mobilização de recursos acordado na COP16. As discussões ocorreram em um contexto de persistente lacuna de financiamento para a biodiversidade, espaço fiscal limitado e encargos de dívida em muitos países em desenvolvimento, além de barreiras contínuas ao acesso ao financiamento internacional para a biodiversidade.

Esperava-se que a SBI-7 promovesse três elementos particularmente importantes do roteiro: critérios para a estrutura institucional que regerá o mecanismo financeiro da Convenção, nos termos do Artigo 21; identificação de entraves estruturais à eficácia do financiamento global da biodiversidade e possíveis medidas para solucioná-los; e abordagens para ampliar a base de contribuintes. Estavam em jogo, portanto, a adequação e a acessibilidade do financiamento da biodiversidade, a responsabilidade por fornecê-lo e a futura governança e arquitetura do mecanismo financeiro da Convenção.





QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

O SBI-7 apresentou avanços substantivos limitados, deixando grande parte do pacote de mobilização de recursos em aberto para a COP17. A parte da recomendação relacionada à SBI foi acordada, incluindo os pedidos de um relatório de progresso atualizado sobre a decisão 16/34 e para que o Secretariado disponibilize a lista não exaustiva de áreas de convergência e divergência identificadas durante as negociações. No entanto, a própria resolução proposta para a COP17 permanece inteiramente entre parênteses, refletindo a falta de acordo sobre vários de seus principais elementos políticos.

Sobre a adequação do financiamento, a minuta de resolução da COP17 reconhece que, apesar dos aumentos relatados nos fluxos financeiros relacionados à biodiversidade, o financiamento público internacional permanece insuficiente, imprevisível e desigualmente acessível, e que são necessários mais esforços para alcançar a Meta 19. Quanto à futura estrutura institucional, nos termos do Artigo 21, as Partes ainda precisam decidir se a COP17 deve “adotar” ou “tomar nota” dos critérios propostos. O anexo mantém os critérios mínimos estabelecidos pela decisão 16/34 — incluindo a autoridade e as diretrizes da COP, a governança equitativa e representativa e o acesso justo, oportuno e simplificado para as Partes elegíveis que sejam países em desenvolvimento —, mas os critérios adicionais permanecem fortemente sujeitos a restrições. A minuta também propõe convidar o GEF e outras instituições financeiras, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, a levarem em consideração os critérios em reformas em suas operações.

Em relação aos entraves ao financiamento global da biodiversidade, a SBI-7 não concluiu o trabalho substancial previsto no roteiro. O Secretariado havia preparado uma análise específica dos entraves como uma das contribuições obrigatórias para o processo, juntamente com a revisão da estratégia de mobilização de recursos e o desenvolvimento adicional dos critérios do Artigo 21. No entanto, como o anexo relevante não foi negociado, ele foi removido da recomendação. A versão final solicita, em vez disso, mais trabalho sobre medidas para aprimorar o financiamento global da biodiversidade e mobilizar recursos novos e adicionais de todas as fontes. Isso deixa a COP17 sem um conjunto de medidas acordadas para abordar as barreiras estruturais já identificadas, tornando os próximos passos nesse trabalho particularmente importantes.

Por fim, a ampliação da base de contribuintes continua sendo um dos elementos politicamente mais controversos. A recomendação apresenta quatro opções alternativas entre colchetes, refletindo diferentes abordagens sobre se e como países adicionais poderiam contribuir. Os países em desenvolvimento enfatizaram repetidamente, durante a SBI-7, que a ampliação da base não deveria alterar as obrigações das Partes que são países desenvolvidos, nos termos do Artigo 20, enquanto outras Partes apoiaram a exploração de uma base de contribuintes mais ampla. A questão, portanto, segue para a COP17 sem um acordo sobre o equilíbrio entre a mobilização de contribuições adicionais e a preservação das responsabilidades diferenciadas previstas na Convenção.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

Os critérios adicionais para o futuro mecanismo financeiro oferecem uma oportunidade concreta para abordar as desigualdades em relação a quem governa e acessa o financiamento da biodiversidade. Os quatro critérios mínimos acordados na COP16, (a)–(d), permanecem inalterados, enquanto os critérios adicionais permanecem entre colchetes. Na COP17, o critério (g) deve reconhecer explicitamente os povos indígenas e as comunidades locais, as mulheres e os jovens, em vez de incluir titulares de direitos e grupos de interesse na categoria genérica de "todas as partes interessadas". O critério (m) é particularmente importante e deve manter a participação plena e efetiva na tomada de decisões e o acesso direto ao financiamento para povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens, sem condicionar esse acesso a uma carta de um ponto focal nacional. O critério (n) deve manter as disposições mais robustas sobre prestação de contas, transparência, monitoramento e relatórios, e reclamações e reparação. Juntas, essas disposições traduziriam a governança equitativa em reconhecimento, poder de decisão, acesso a recursos e prestação de contas.

Em segundo lugar, o progresso limitado na superação dos entraves estruturais ao financiamento da biodiversidade deixa uma lacuna importante em termos de justiça. Os parágrafos 7 a 9 reconhecem que os entraves identificados pelo Secretariado exigem maior detalhamento e preveem trabalhos adicionais antes da COP18, mas as medidas previstas no parágrafo 9(a) são formuladas como voluntárias. A COP17 deve fortalecer esse caminho, estabelecendo um processo claro para abordar as barreiras estruturais — incluindo dívida, restrições fiscais, acesso desigual ao financiamento e fluxos financeiros prejudiciais — e conectar esse trabalho à implementação da Meta 18 sobre incentivos prejudiciais. A análise também deve examinar como essas condições estruturais e as reformas propostas distribuem custos, riscos e benefícios entre e dentro dos países, incluindo seus impactos diferenciados sobre mulheres, povos indígenas e comunidades locais e outros titulares de direitos.

Por fim, o debate sobre a ampliação da base de contribuintes deve ir além da simples expansão da lista de países ou atores que devem contribuir. De uma perspectiva de equidade, a questão fundamental é como garantir que os contribuintes de fato forneçam sua justa parcela dos recursos necessários para suprir a lacuna de financiamento da biodiversidade, em consonância com as responsabilidades, capacidades e obrigações existentes no âmbito da Convenção. A COP17 deve, portanto, promover uma abordagem de repartição justa dos encargos que fortaleça a responsabilização pelas contribuições e aumente os recursos disponíveis, em vez de permitir que uma base de contribuintes mais ampla dilua ou substitua as obrigações das Partes dos países desenvolvidos nos termos do Artigo 20. Novos contribuintes e fontes devem ser adicionais e complementares, enquanto o foco principal permanece na garantia de um financiamento público internacional adequado, previsível e sustentável para a implementação do KMGBF.





ITEM 4.B MECANISMO FINANCEIRO

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

O item 4(b) examinou o mecanismo financeiro da Convenção e sua contribuição para a implementação do KMGBF. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) serve como estrutura institucional que opera o mecanismo financeiro da Convenção e funciona sob a autoridade e orientação da COP, sendo a ela responsável.

O SBI-7 analisou a reposição do GEF-9 e orientações adicionais para o GEF, bem como dois processos voltados para o próximo ciclo de financiamento: os Termos de Referência (TdR) para avaliação das necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento elegíveis para o GEF-10 (2030-2034) e os TdR para a sétima revisão quadrienal da eficácia do mecanismo financeiro. Esses processos ajudarão, respectivamente, a determinar o nível de recursos necessários para a próxima reposição e a avaliar a eficácia com que o mecanismo financeiro está disponibilizando recursos e apoiando a implementação da Convenção.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

Uma das principais divergências dizia respeito aos aproximadamente 3,9 bilhões de dólares prometidos ao GEF-9. Os países em desenvolvimento enfatizaram a discrepância entre os recursos disponíveis e as crescentes necessidades de implementação, incluindo as obrigações dos países desenvolvidos nos termos do Artigo 20, enquanto outras Partes deram maior ênfase à eficácia e à ampliação da base de contribuintes. Essas diferenças permanecem refletidas entre parênteses sobre se a COP17 deveria “acolher” ou “reconhecer” as promessas de contribuição ao GEF-9 e se deveria expressar preocupação com o fato de o nível geral de recursos ainda ser insuficiente para a implementação do KMGBF, particularmente a Meta 19.
Ao mesmo tempo, a minuta apresenta orientações destinadas a melhorar a acessibilidade, a previsibilidade, a apropriação nacional, a transparência e a aprovação e desembolso oportunos dos recursos. Questões relativas a formas mais robustas de acesso direto permanecem sem solução. Isso é importante porque as negociações, portanto, dizem respeito não apenas ao volume total de financiamento, mas também à forma como os recursos são acessados e disponibilizados.

A SBI-7 também avançou nos dois processos que moldarão o financiamento e a prestação de contas futuros. Os Termos de Referência para a avaliação das necessidades de financiamento do GEF-10 foram amplamente acordados, estabelecendo a base para estimar os recursos de que os países em desenvolvimento elegíveis precisarão durante o próximo ciclo de reposição. Houve menos consenso sobre a sétima revisão de eficácia: seções importantes de seus Termos de Referência, particularmente os critérios para avaliar a eficácia e os procedimentos para conduzir a revisão, permanecem entre parênteses. Os elementos propostos incluem indicadores como o número de projetos financiados, os prazos de desembolso e os impactos nas comunidades locais, enquanto as disposições relativas à participação efetiva de povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens também permanecem sem solução. Essas escolhas determinarão se a eficácia será avaliada principalmente pelo desempenho operacional ou também pela adequação, acessibilidade, distribuição e impactos do financiamento.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A primeira preocupação reside na adequação e na responsabilidade. A redução dos recursos prometidos ao GEF-9 ocorre precisamente no momento em que se espera que os países em desenvolvimento acelerem a implementação do KMGBF. Um mecanismo financeiro não pode garantir uma implementação equitativa se estiver estruturalmente subfinanciado. Isso reforça a importância da partilha justa dos encargos e do cumprimento, por parte dos países desenvolvidos, dos seus compromissos ao abrigo do Artigo 20, em vez de transferir a responsabilidade de colmatar as lacunas de financiamento para países e comunidades que já suportam encargos de implementação desproporcionados.

A adequação também deve ser acompanhada de acesso equitativo, poder de decisão e responsabilização. A eficácia do mecanismo financeiro não pode ser avaliada apenas pelos montantes programados, projetos aprovados ou prazos de desembolso: essas medidas pouco dizem sobre quem, em última instância, acessa e controla os recursos, quem influencia as prioridades de financiamento ou quão equitativamente o financiamento é distribuído. Na COP17, as Partes devem, portanto, manter referências explícitas aos Povos Indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens nos Termos de Referência para a sétima revisão de eficácia, ao mesmo tempo que reforçam os critérios para avaliar as barreiras de acesso, a participação significativa na tomada de decisões financeiras e os resultados sensíveis ao gênero e baseados em direitos. Contar apenas as mulheres como beneficiárias não é evidência suficiente de financiamento equitativo.

Olhando para o futuro, a avaliação das necessidades de financiamento do GEF-10 é particularmente importante, pois o que for reconhecido como uma necessidade de financiamento agora moldará as expectativas para a próxima reposição. Os compromissos de igualdade de gênero correm o risco de permanecerem subfinanciados se os seus custos de implementação não forem explicitados nessa avaliação. A COP17 deve, portanto, garantir que os Termos de Referência incluam explicitamente os recursos que os países em desenvolvimento necessitam para implementar a Meta 23 e o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero, incluindo uma estimativa específica das necessidades de financiamento para a implementação do Plano. Isso começaria a reduzir a lacuna entre a adoção de compromissos de igualdade de gênero e o efetivo orçamento para a sua implementação.

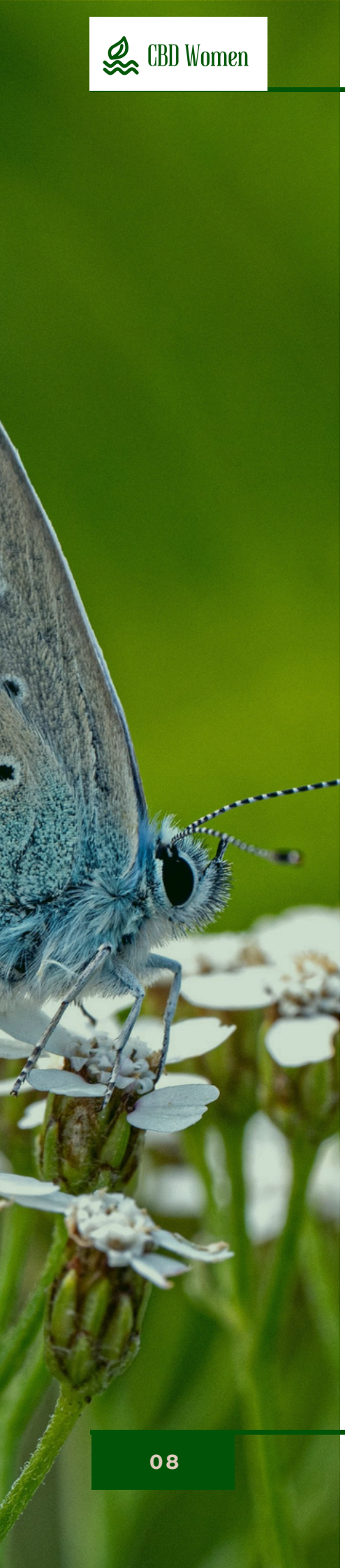
ITEM 5. INFORMAÇÕES DE SEQUÊNCIA DIGITAL SOBRE RECURSOS GENÉTICOS

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

Na COP16, as Partes adotaram as modalidades para operacionalizar o Mecanismo Multilateral para a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios da Utilização de Informação de Sequências Digitais (ISD) sobre Recursos Genéticos, incluindo seu fundo global, o Fundo Cali, por meio da decisão 16/2. O mecanismo busca viabilizar a repartição justa e equitativa dos benefícios monetários e não monetários da utilização de ISD, mantendo, ao mesmo tempo, o acesso aberto à ISD para fins de pesquisa e inovação.

A SBI-7 foi incumbida de avançar em diversos elementos da sua implementação antes da COP17. Estes incluíam a consideração de possíveis modalidades adicionais de partilha de benefícios, possíveis ferramentas e modelos para tornar a DSI publicamente disponível e acessível de forma transparente e responsável, e a metodologia para avaliar a eficácia do Mecanismo Multilateral e do Fundo Cali.





QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A SBI-7 manteve a arquitetura básica acordada na COP16 e avançou em alguns aspectos da operacionalização, mas várias das questões politicamente mais relevantes permanecem sem solução para a COP17. Em particular, as Partes não chegaram a um acordo sobre possíveis modalidades adicionais de compartilhamento de benefícios. Embora tenha havido maior convergência sobre a necessidade de melhorar a transparência em torno da DSI e seu uso, ainda persistem dúvidas sobre as ferramentas e abordagens para isso. O trabalho também avançou na metodologia para avaliar a eficácia do Mecanismo Multilateral e do Fundo Cali, mas elementos-chave relativos à sua estrutura conceitual, abordagem e governança permaneceram sem solução.

Uma questão significativa de governança também surgiu em torno do Memorando de Entendimento entre o Fundo Cali e o Escritório do Fundo Fiduciário Multiparceiro das Nações Unidas, assinado em fevereiro de 2025. Diversos países em desenvolvimento questionaram o processo pelo qual os acordos foram operacionalizados e seu alinhamento com a autoridade da COP. O consenso alcançado na SBI-7 registra o cronograma do Memorando de Entendimento e deixa para a COP17 a definição de um curso de ação apropriado em relação ao seu alinhamento e aos arranjos de governança, administrativos e operacionais correlatos. Um webinar intersessional também foi acordado para facilitar esclarecimentos adicionais antes da COP17.

O resultado, portanto, impulsiona a implementação sem resolver as questões subjacentes de distribuição e governança: como o mecanismo gerará contribuições suficientes, se modalidades adicionais são necessárias, como sua eficácia será avaliada e como os arranjos operacionais do Fundo Cali permanecerão alinhados com a estrutura de governança acordada pelas Partes na COP16.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A questão central não é apenas se o Fundo Cali se tornará operacional, mas quem se beneficia do valor gerado pela DSI, quem participa das decisões sobre esses benefícios e se os recursos chegam àqueles cujo conhecimento, territórios e gestão contribuem para a conservação da biodiversidade. As questões não resolvidas sobre contribuições, alocação e governança têm, portanto, implicações distributivas diretas.

A Decisão 16/2 já estabelece uma importante base de equidade: pelo menos metade dos recursos do Fundo Cali destina-se a apoiar as necessidades autodeclaradas dos povos indígenas e das comunidades locais, incluindo mulheres e jovens, através de governos ou de pagamentos diretos por meio de instituições por eles indicadas. À medida que o mecanismo se torna operacional, esse compromisso precisa se traduzir em financiamento acessível e influência significativa sobre a forma como os recursos são alocados e utilizados.

O texto do SBI-7 também mantém referências explícitas a mulheres indígenas e mulheres de comunidades locais. Essa visibilidade é importante, mas só terá significado se a avaliação de eficácia puder analisar não apenas quanto dinheiro o Fundo mobiliza e desembolsa, mas também quem tem acesso a esses recursos, quem participa das decisões e se os benefícios contribuem para resultados mais equitativos. ~~Sua colega tem razão ao afirmar que muitas dessas implicações de gênero ainda não podem ser totalmente avaliadas enquanto as modalidades subjacentes e a metodologia de avaliação permanecerem indefinidas.~~

Para a COP17, a prioridade em matéria de gênero e justiça é, portanto, garantir que as decisões sobre modalidades adicionais, governança e a revisão de eficácia protejam o propósito de repartição de benefícios do mecanismo e tornem seus compromissos de equidade mensuráveis na prática. Isso inclui salvaguardar a participação e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais, garantir que as mulheres indígenas e as mulheres das comunidades locais permaneçam explicitamente visíveis e avaliar não apenas se os benefícios são gerados, mas quem os recebe e quem tem poder sobre sua distribuição.

ITEM 7. SEGUNDA AVALIAÇÃO E REVISÃO DA EFICÁCIA DO PROTOCOLO DE NAGOYA SOBRE O ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS E A REPARTIÇÃO JUSTA E EQUITATIVA DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA SUA UTILIZAÇÃO.

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

O item 7 dizia respeito aos preparativos para a segunda avaliação e revisão da eficácia do Protocolo de Nagoya, a ser conduzida pelo NP-MOP 6. A avaliação examina o progresso na implementação do Protocolo e sua eficácia em alcançar a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos. Ela se baseia em relatórios nacionais, informações do Centro de Informações sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS Clearing-House), pesquisas direcionadas, o trabalho do Comitê de Conformidade e do Comitê Consultivo Informal sobre Capacitação, além de um estudo exploratório sobre as causas dos desafios de implementação e conformidade.

O SBI-7 considerou as conclusões dessa avaliação, uma estrutura de indicadores atualizada e recomendações sobre como fortalecer a implementação, incluindo procedimentos de ABS, pontos de controle, a Central de Compensação de ABS, conformidade, capacitação, recursos financeiros e a futura operacionalização do mecanismo multilateral global de repartição de benefícios nos termos do Artigo 10.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A 7ª Reunião do Conselho de Segurança da ONU reconheceu o progresso na implementação do Protocolo de Nagoya, ao mesmo tempo que identificou lacunas persistentes em termos de eficácia, conformidade e meios de implementação. Um desenvolvimento importante foi o foco mais acentuado na questão de se os sistemas de Acesso e Repartição de Benefícios (ARB) estão produzindo resultados na prática, e não apenas se existem medidas legislativas, administrativas e políticas. A recomendação solicita que as futuras metodologias e indicadores de avaliação capturem a operacionalização dos sistemas de ARB e os resultados alcançados em termos de benefícios compartilhados, e incentiva as Partes a fornecerem informações mais completas e desagregadas sobre os benefícios monetários e não monetários, seus beneficiários, incluindo povos indígenas e comunidades locais, e a proporção destinada à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável.

O resultado também impulsiona a operacionalização dos postos de controle e do Centro de Intercâmbio de Informações sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS), incluindo procedimentos de ABS mais claros e simplificados, publicação de informações relevantes e maior compartilhamento de informações.



A utilização limitada dos procedimentos de conformidade do Protocolo também foi abordada: solicita-se à Secretaria, juntamente com o Comitê de Conformidade, que avalie por que o mecanismo não foi acionado, incluindo possíveis barreiras de conhecimento, acessibilidade, processuais, institucionais e práticas.

A participação e os protocolos comunitários também foram abordados. A recomendação convida as Partes a assegurarem a participação plena e efetiva dos Povos Indígenas e das comunidades locais, incluindo mulheres e jovens, nos processos de Acesso e Repartição de Benefícios (ARB), inclusive por meio de protocolos e procedimentos comunitários. A recomendação também prevê que tais protocolos e procedimentos só devem ser disponibilizados por meio do Centro de Informações sobre ARB se os Povos Indígenas e as comunidades locais envolvidas concordarem, protegendo, ao mesmo tempo, as informações confidenciais.

Uma das principais questões ainda não resolvidas diz respeito ao Artigo 10 e ao mecanismo multilateral global de repartição de benefícios. A SBI-7 concordou em estabelecer um processo intersessional conduzido pelas Partes para avançar em suas modalidades e solicitou uma reunião aberta, com a participação de povos indígenas, comunidades locais e partes interessadas relevantes, para desenvolver elementos a serem considerados na NP-MOP 7. O financiamento também permanece sem solução: embora recursos financeiros adicionais e o apoio contínuo do GEF tenham sido incentivados, as propostas relativas a uma linha de financiamento dedicada à repartição de benefícios e ao financiamento do orçamento principal para funções-chave do Protocolo de Nagoya permaneceram em suspenso.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A maior ênfase nos benefícios reais e em seus destinatários é particularmente importante. A distribuição justa e equitativa de benefícios não pode ser avaliada simplesmente pela contagem de leis, licenças ou acordos de acesso e repartição de benefícios (ABS). É necessário questionar quem recebe os benefícios monetários e não monetários, quem participa das decisões sobre sua distribuição, cujo conhecimento possibilita o acesso e se aqueles que contribuem com conhecimento e recursos têm poder de decisão significativo. A busca por informações mais desagregadas sobre os beneficiários cria uma importante oportunidade para tornar essas desigualdades distributivas mais visíveis.

O reconhecimento da participação plena e efetiva dos povos indígenas e das comunidades locais, incluindo mulheres e jovens, também é importante, mas a participação por si só não garante resultados equitativos ou o controle sobre os recursos e o conhecimento. A salvaguarda de que os protocolos comunitários só devem ser disponibilizados por meio do Centro de Informações sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS Clearing-House) com o consentimento das comunidades envolvidas é, portanto, significativa. De maneira mais ampla, o Acesso e Repartição de Benefícios com perspectiva de gênero exigem atenção não apenas à participação das mulheres, mas também ao reconhecimento de seus conhecimentos, à influência que exercem sobre as decisões e ao fato de que, de efetivamente, recebem e controlam os benefícios.

O mecanismo não resolvido do Artigo 10 tem implicações importantes para a justiça, pois pode determinar como os benefícios são compartilhados em situações em que os acordos bilaterais de acesso e distribuição de benefícios (ABS) são insuficientes, incluindo contextos transfronteiriços. Seu desenho futuro precisará abordar não apenas quem contribui e quem recebe os benefícios, mas também cujos direitos, conhecimentos e sistemas de governança são reconhecidos na determinação do acesso e da distribuição.

Por fim, os meios de implementação e o acesso à reparação continuam sendo cruciais. Sem financiamento previsível, capacidade e instituições funcionais, pontos de controle, protocolos comunitários, o Centro de Informações sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ARB) e os mecanismos de conformidade podem existir formalmente sem serem eficazes na prática. O fato de o SBI-7 estar agora examinando as barreiras ao uso do mecanismo de conformidade é, portanto, importante sob a perspectiva da justiça: os direitos e os compromissos de repartição de benefícios têm valor limitado quando as comunidades afetadas não conseguem acessar, de forma realista, informações, procedimentos ou reparação. Para o NP-MOP 6 e o processo do Artigo 10, a questão central é se o Protocolo pode avançar da participação formal e da administração do ARB para um controle significativo, responsabilização e distribuição equitativa dos benefícios.

ITEM 10. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

O item 10 abordou o progresso na implementação do quadro estratégico de longo prazo para o desenvolvimento e o fortalecimento de capacidades e do mecanismo de cooperação técnica e científica, estabelecido pela decisão 15/8 e aprimorado por decisões subsequentes da COP. O mecanismo inclui uma rede de centros regionais e sub-regionais de apoio à cooperação técnica e científica e uma Entidade de Coordenação Global (ECG) destinada a coordenar e fortalecer o apoio à implementação da Convenção e do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KMGBF).

O SBI-7 analisou o progresso na operacionalização desses mecanismos, incluindo o trabalho dos centros de apoio e do GCE, identificou lacunas de capacidade e barreiras, bem como os arranjos financeiros e institucionais necessários para sua operação a longo prazo. Também considerou como o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnico-científica poderiam responder de forma mais eficaz às necessidades identificadas por meio da implementação nacional e da revisão global do progresso coletivo.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A SBI-7 avançou na operacionalização do mecanismo de cooperação técnico-científica, tomando nota do progresso da Entidade de Coordenação Global (ECG) e de sua proposta de plano de trabalho e orçamento, e solicitando um plano de trabalho e orçamento revisados para consideração na COP17. O resultado também fortalece o papel dos centros regionais e sub-regionais de apoio à cooperação técnico-científica na resposta às necessidades de implementação, solicitando que levem em consideração as lacunas, os desafios e as barreiras identificados por meio do Relatório Global e dos sétimos relatórios nacionais, incluindo os desafios relacionados ao uso de indicadores.

O financiamento e a sustentabilidade a longo prazo do mecanismo emergiram como questões centrais. As partes, outros governos, governos subnacionais e locais e outros atores relevantes em condições de fazê-lo são convidados a fornecer recursos financeiros e contribuições em espécie adequados, previsíveis, oportunos e de fácil acesso para apoiar os programas e o funcionamento a longo prazo do GCE e dos centros de apoio.





Solicita-se também ao Secretário Executivo que fortaleça a mobilização de recursos, incluindo o engajamento com fontes de financiamento multilaterais. É importante ressaltar que o resultado reconhece que o apoio do setor privado deve complementar, e não substituir, o apoio público internacional ao desenvolvimento de capacidades.

As negociações também abordaram quem deveria participar do desenvolvimento e capacitação. O texto final menciona “organizações de mulheres e jovens”, juntamente com povos indígenas, comunidades locais e outras partes interessadas relevantes. Durante as negociações, propostas para qualificar as referências a mulheres e jovens por meio de termos como “organizações” ou “representantes” foram contestadas, e a questão mais ampla de quão inclusivamente esses grupos deveriam ser reconhecidos tornou-se um ponto importante de discussão.

De forma mais ampla, as Partes enfatizaram o desenvolvimento de capacidades baseado em necessidades e conduzido pelos países, bem como a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular. As discussões também revelaram divergências quanto ao escopo do financiamento, incluindo se o apoio deveria se concentrar em projetos conduzidos pelos países ou se estender de forma mais ampla ao estabelecimento e operação dos próprios centros de apoio regionais e sub-regionais.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A cooperação técnica e científica não deve reproduzir um modelo unidirecional em que a expertise e as soluções fluem de instituições com mais recursos para países e comunidades percebidos como carentes de capacidade. O conhecimento e a expertise já existem em níveis nacional e local, inclusive entre povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens, pesquisadores e profissionais. Os centros de apoio regionais e sub-regionais podem ajudar a conectar e a financiar essa expertise por meio da cooperação Sul-Sul, triangular e localmente fundamentada, bem como da coprodução de conhecimento.

Isso torna essencial o financiamento adequado, previsível e acessível para o GCE e os centros de apoio. A capacidade destes de responder às prioridades definidas pelo país e de construir parcerias sustentáveis depende de recursos suficientes. Uma abordagem sensível ao gênero também deve permitir que se conectem sistematicamente com a experiência e o conhecimento de gênero locais, bem como com a vivência e o conhecimento das mulheres, de modo que a perspectiva de gênero influencie a definição dos desafios de implementação e das respostas técnicas, em vez de ser adicionada posteriormente.

Para a COP17, a prioridade deve ser, portanto, garantir recursos adequados para a arquitetura de cooperação técnica e científica, assegurando que ela mobilize e valorize conhecimentos especializados diversos e locais, sem impor barreiras institucionais desnecessárias à participação. Isso ajudaria a mudar o modelo de capacitação, passando de uma abordagem de transferência de conhecimento para uma de troca equitativa, parceria e coprodução.

ITEM 11. MECANISMO DE CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E GESTÃO DO CONHECIMENTO

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

O item 11 abordou o progresso na implementação do Programa de Trabalho do Mecanismo de Intercâmbio de Informações (CHM) para 2024–2030 e da Estratégia de Gestão do Conhecimento que apoia o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KMGBF). O CHM facilita o acesso e a troca de dados, informações e conhecimentos relacionados à biodiversidade, enquanto a Estratégia de Gestão do Conhecimento fornece uma estrutura mais ampla para gerar, coletar, organizar, compartilhar e usar o conhecimento em apoio ao Quadro. Este trabalho é particularmente relevante para a Meta 21, que trata do acesso aos melhores dados, informações e conhecimentos disponíveis para a governança da biodiversidade, reconhecendo que o conhecimento tradicional dos povos indígenas e das comunidades locais só deve ser acessado com seu consentimento livre, prévio e informado, em conformidade com a legislação nacional.

A SBI-7 considerou os progressos no fortalecimento do portal central do CHM e dos CHMs nacionais, na melhoria da organização e acessibilidade das informações relacionadas à biodiversidade e na interoperabilidade entre sistemas, no desenvolvimento de ferramentas como o Bioland e no fortalecimento de vocabulários, taxonomias, ontologias e padrões de metadados comuns. Considerou também o desenvolvimento de capacidades e o apoio técnico para permitir que as Partes, em particular os países em desenvolvimento, estabeleçam, operacionalizem e fortaleçam seus CHMs nacionais.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A SBI-7 impulsionou a implementação tanto do Programa de Trabalho do CHM quanto da Estratégia de Gestão do Conhecimento, com maior ênfase na capacidade, interoperabilidade e funcionamento prático dos CHMs nacionais. As partes concordaram com a necessidade de fortalecer o acesso e a usabilidade da informação por meio do portal central e da ferramenta de relatórios online, bem como de aprimorar o intercâmbio de experiências, boas práticas, casos de sucesso e lições aprendidas em níveis nacional, regional e global.

Os meios de implementação emergiram como uma questão importante. A recomendação final insta as Partes, em consonância com os Artigos 20 e 21 da Convenção, e convida outros governos e organizações relevantes a fornecerem apoio financeiro e técnico para o desenvolvimento e capacitação necessários à implementação do Programa de Trabalho do CHM e da Estratégia de Gestão do Conhecimento, levando em consideração as circunstâncias particulares dos países em desenvolvimento, especialmente os PMA e os PEID. Durante as negociações, os países em desenvolvimento enfatizaram que sistemas eficazes de compartilhamento de conhecimento não podem funcionar sem capacidade financeira, técnica e institucional adequada.

O resultado também fortalece o papel dos centros regionais e sub-regionais de apoio à cooperação técnica e científica, convidando-os (e, quando aplicável, “atores que não sejam governos nacionais”) a colaborar com as Partes e a compartilhar informações e experiências de implementação por meio do CHM. Essa formulação é relevante para a discussão mais ampla no âmbito da SBI-7 sobre como os atores não estatais, os titulares de direitos e os grupos de interesse são identificados nos processos de implementação da CDB.





A SBI-7 também introduziu um foco maior na interoperabilidade e em tecnologias emergentes. Solicita-se ao Secretário Executivo que priorize melhorias decorrentes, entre outros, do uso de inteligência artificial e outras novas tecnologias relevantes, juntamente com melhorias na ferramenta de denúncia online e na acessibilidade, capacidade de busca e usabilidade das informações no site da CDB. Oficinas regionais de gestão do conhecimento também são esperadas entre a COP17 e a COP18.

Por fim, a recomendação estabelece um caminho para avaliar a implementação do Programa de Trabalho dos CHMs e da Estratégia de Gestão do Conhecimento antes da COP19, vinculado à revisão global do progresso coletivo. Espera-se que a análise leve em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento e operacionalização dos CHMs nacionais e poderá incluir indicadores voluntários para avaliar se os CHMs nacionais estão funcionando e contribuindo para a implementação do KMGBF.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

Persiste uma lacuna evidente no reconhecimento dos papéis e contribuições distintos dos povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens, nos processos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais (GCRN) e de gestão do conhecimento em geral. Seu envolvimento corre o risco de ser posicionado principalmente como usuários, colaboradores ou fontes de informação, em vez de reconhecê-los como atores que já geram conhecimento, documentam a biodiversidade, realizam esforços de conservação e contribuem para a implementação do Plano de Gestão da Biodiversidade e do Conhecimento (PGBC). O uso de formulações mais amplas, como "atores que não sejam governos nacionais", é particularmente relevante nesse contexto, pois pode obscurecer os direitos, sistemas de conhecimento e contribuições distintos dos titulares de direitos e grupos de interesse, incluindo as barreiras específicas que as mulheres enfrentam para que seu conhecimento seja reconhecido e valorizado.

O fortalecimento do Mecanismo de Cooperação Humana (MCH) deve, portanto, ir além da melhoria da infraestrutura técnica e garantir a participação plena, efetiva, inclusiva e sensível à perspectiva de gênero na concepção, implementação e governança dos sistemas de conhecimento. Povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens devem ter oportunidades significativas não apenas para acessar e fornecer informações, mas também para moldar a forma como o conhecimento é coletado, classificado, gerenciado, compartilhado e utilizado para a tomada de decisões e a elaboração de relatórios. Isso se torna cada vez mais importante à medida que o MCH explora a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes, que podem reproduzir vieses e exclusões existentes se o conhecimento e as perspectivas que sustentam esses sistemas não forem suficientemente diversos.

Maior acessibilidade deve ser acompanhada de direitos e salvaguardas adequados em torno do compartilhamento de conhecimento. O fortalecimento da interoperabilidade e do acesso não deve resultar na abertura automática ou na possibilidade de extração automática do conhecimento tradicional ou comunitário. A implementação deve respeitar o consentimento livre, prévio e informado, quando aplicável, e os direitos e o controle adequados sobre o conhecimento, particularmente em relação ao conhecimento tradicional dos povos indígenas e das comunidades locais.

Por fim, a participação equitativa nos sistemas de conhecimento depende de capacidade, tecnologia e recursos. As diferenças na capacidade digital e institucional podem determinar cujo conhecimento é documentado, acessível e visível nos sistemas globais de biodiversidade. O apoio financeiro e técnico adequado, particularmente para os países em desenvolvimento, é, portanto, essencial. Sem essas dimensões, os sistemas de conhecimento cada vez mais sofisticados correm o risco de reproduzir as desigualdades existentes; com elas, o CHM pode se tornar uma base de conhecimento mais equitativa e representativa para a implementação do KMGBF.

ITEM 12. INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DENTRO E ENTRE SETORES

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

Na decisão 16/13, a COP forneceu orientações para o desenvolvimento de trabalhos sobre a integração da biodiversidade em todos os setores, incluindo elementos a serem considerados pela SBI antes da COP17. O Secretário Executivo foi solicitado, entre outras coisas, a integrar a perspectiva da biodiversidade nos diálogos regionais e sub-regionais, fortalecer a cooperação com organizações e processos relevantes, compilar boas práticas, ferramentas e orientações, e apoiar o desenvolvimento de capacidades relacionadas, em colaboração com as Partes, centros de apoio à cooperação técnica e científica, povos indígenas e comunidades locais, redes de mulheres e jovens e outros atores relevantes.

O SBI-7 analisou um relatório de progresso e uma visão geral estruturada das práticas, ferramentas, mecanismos, orientações e soluções disponíveis para a integração da biodiversidade. As discussões se concentraram em como fortalecer a integração da biodiversidade nas políticas governamentais, no planejamento e na tomada de decisões dentro e entre os setores, inclusive por meio da coordenação institucional, capacitação, abordagens setoriais, engajamento com empresas e o setor financeiro, e os recursos necessários para apoiar essa integração, particularmente em países em desenvolvimento.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A 7ª Resolução da Iniciativa de Biodiversidade (SBI-7) promoveu uma abordagem mais orientada para a implementação na integração da biodiversidade. A recomendação reconhece a importância de abordagens inclusivas, interfaces mais robustas entre ciência e política e maior intercâmbio e adoção de boas práticas e ferramentas. É importante destacar que as Partes são convidadas a fortalecer e acelerar a integração da biodiversidade, reduzindo a lacuna entre a integração da biodiversidade em políticas e regulamentações e sua aplicação efetiva na prática, fortalecendo as capacidades institucionais e técnicas e a coordenação interministerial, e envolvendo os setores empresarial, público e financeiro privado.

No entanto, várias questões substanciais permanecem sem solução para a COP17. Entre elas, destacam-se a linguagem entre parênteses relativa aos planos setoriais nacionais, setores econômicos e de subsistência específicos, uso sustentável e atividades produtivas, e ações adicionais relacionadas a negócios e finanças. As negociações também revelaram divergências persistentes sobre o escopo das abordagens que envolvem todo o governo e toda a sociedade.

A definição de quem deve participar e contribuir para a integração permanece ambígua, com formulações concorrentes que variam desde referências explícitas a povos indígenas e comunidades locais, mulheres, jovens e pessoas com deficiência até a categoria mais ampla de “atores que não sejam governos nacionais”. Isso deixa em aberto se os titulares de direitos e grupos específicos permanecerão explicitamente visíveis dentro da estrutura de integração ou se serão subsumidos sob uma categoria mais ampla de atores não estatais.





O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

A integração da biodiversidade tem implicações significativas em termos de gênero e justiça, pois as decisões em setores como agricultura, pesca, silvicultura, infraestrutura, turismo, energia e finanças afetam o acesso à terra e aos recursos, os meios de subsistência, os sistemas alimentares e a distribuição dos custos e benefícios ambientais e econômicos. Portanto, as mulheres e outros titulares de direitos precisam ser reconhecidos não apenas como participantes nos processos de integração, mas como atores capazes de influenciar as decisões por meio das quais a biodiversidade é integrada às políticas econômicas e setoriais. Como demonstraram as negociações, participação não é o mesmo que poder de decisão.

Para a COP17, a prioridade deve ser garantir que a transversalização da biodiversidade seja sensível à perspectiva de gênero, baseada em direitos e adequadamente financiada. Isso significa manter o reconhecimento explícito dos povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens; fortalecer sua participação e liderança significativas; abordar os impactos diferenciados e proteger os direitos às terras e aos recursos; e garantir que a transversalização da biodiversidade nos setores empresarial e financeiro seja acompanhada de responsabilização e salvaguardas. Os meios de implementação também serão cruciais: os países em desenvolvimento precisam de capacidade financeira, técnica e institucional adequada para transversalizar a biodiversidade em todos os setores sem criar responsabilidades adicionais não financiadas.

ITEM 13. COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA

SOBRE O QUE ERA O ITEM?

O item 13 dizia respeito à proposta de plano de ação global para a educação sobre biodiversidade, elaborada em conformidade com a decisão 16/10, que visava alinhar o programa de trabalho de comunicação, educação e sensibilização pública (CEPA) da Convenção com o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, em particular as ações previstas na seção K do Quadro. O plano abrange o período até 2030 e é considerado um documento vivo, cuja implementação será avaliada nas COP18 e COP19.

O Plano visa fortalecer a educação sobre biodiversidade em todos os níveis de aprendizagem: formal, não formal e informal, incluindo maior alfabetização em biodiversidade, aprendizagem transformadora, capacitação de educadores, integração de políticas e currículos, engajamento de toda a sociedade e financiamento sustentável. O SBI-7 analisou tanto a minuta do Plano quanto a minuta da decisão que a acompanha, incluindo as disposições para seu desenvolvimento, implementação, financiamento, participação, monitoramento e elaboração de relatórios.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS RESULTADOS?

A SBI-7 acolheu favoravelmente a versão preliminar do plano de ação global para a educação sobre biodiversidade como um documento vivo, a ser aprimorado por meio de revisão por pares e reconsiderado pela SBI antes da COP18. O Plano abrange a educação formal, não formal e informal e inclui um forte reconhecimento dos diversos sistemas de conhecimento, dos povos indígenas e comunidades locais, das mulheres e dos jovens. É importante destacar que seus princípios orientadores incluem um compromisso independente com a implementação com perspectiva de gênero, vinculado à decisão 15/11 e à Meta 23.

As questões de gênero e inclusão também se refletem nas condições favoráveis e na estrutura de monitoramento. Organizações de mulheres e jovens são identificadas entre os atores em toda a estrutura de resultados, e o Plano incentiva informações desagregadas por idade e gênero, bem como maior envolvimento de povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens no monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios.

No entanto, duas disposições importantes permanecem entre parênteses. O parágrafo 5, sobre o incentivo às Partes para que utilizem e implementem o Plano, permanece sem solução, assim como o parágrafo 7, referente ao apoio técnico e financeiro adequado e acessível, incluindo recursos dedicados e de fácil acesso para povos indígenas e comunidades locais, mulheres e jovens para iniciativas de educação lideradas pela comunidade. O próprio Plano, contudo, inclui uma disposição não vinculativa que apoia o acesso equitativo e direto ao financiamento para esses grupos.

O QUE ISSO SIGNIFICA NUMA PERSPECTIVA DE JUSTIÇA DE GÊNERO?

O Plano fornece uma base sólida para reconhecer mulheres, povos indígenas, comunidades locais e jovens não apenas como destinatários da educação em biodiversidade, mas como detentores de conhecimento, educadores e atores em sua concepção, implementação e monitoramento. O princípio da perspectiva de gênero, que é independente, e as referências à participação significativa, aos diversos sistemas de conhecimento e às informações desagregadas representam, portanto, conquistas importantes.

Para a COP17, as prioridades devem incluir a resolução das pendências relativas à implementação e ao apoio financeiro acessível, bem como o fortalecimento de objetivos e indicadores com perspectiva de gênero nas quatro tabelas do quadro de resultados, de modo que a igualdade de gênero esteja incorporada em todo o Plano, em vez de se restringir principalmente aos seus princípios orientadores e condições facilitadoras. As organizações e redes de mulheres, incluindo o Grupo de Mulheres da CDB, devem ser explicitamente reconhecidas entre os atores que contribuem para o Plano. Por fim, os dados desagregados por sexo sobre participação, liderança e alcance devem ser coletados de forma mais sistemática, e não apenas "quando apropriado", para que as revisões futuras possam avaliar quem participa, quem lidera, cujo conhecimento é reconhecido e quem se beneficia da educação em biodiversidade.

O Grupo de Mulheres da CDB (CBD WC) é o principal grupo de mulheres dentro da Convenção sobre Diversidade Biológica. Trata-se de uma plataforma global auto-organizada que apoia mulheres e meninas em todo o mundo na defesa de seus direitos nos processos de tomada de decisão relacionados à biodiversidade em todos os níveis.

Para mais informações: coordination@cbdwomenscaucus.org

